



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 17 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 17 de fevereiro de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO BNDES aprova crédito de R\$ 307 mi para a Hyundai VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Lei da Ficha Limpa passa no Supremo e já vale neste ano VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO Economist' vê presidente fora da 'sombra de Lula' VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O ESTADO DE SÃO PAULO Mantega adota postura mais flexível sobre cortes VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO Eike diz que fábrica da Foxconn será em MG..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
FOLHA DE SÃO PAULO Lei da Ficha Limpa vale já para as eleições deste ano VEICULAÇÃO NACIONAL	7
FOLHA DE SÃO PAULO Governo teme que economia cresça apenas 3% neste ano VEICULAÇÃO NACIONAL	8
VALOR ECONÔMICO Indústria e trabalhadores se unem contra guerra fiscal nos portos VEICULAÇÃO NACIONAL	9
O GLOBO Indústria e varejo pedem alívio no IPI..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
FOLHA DE BOA VISTA Najib Lima assume 2º escalão na Suframa..... VEICULAÇÃO NACIONAL	13
GAZETA DO POVO Foxconn terá fábrica em MG, diz Eike..... VEICULAÇÃO NACIONAL	14
AGÊNCIA SENADO Senadores criticam corte de R\$ 55 bi no orçamento..... VEICULAÇÃO NACIONAL	15
SITE MDIC Produção de computadores do tipo "All in One" ganha incentivos da Lei de Informática VEICULAÇÃO NACIONAL	16
ESTADAO.COM A anemia da indústria..... VEICULAÇÃO NACIONAL	17
ESTADAO.COM Dilma promete defender exportadores..... VEICULAÇÃO NACIONAL	18
VALOR Estados têm superávit fiscal maior VEICULAÇÃO NACIONAL	19
VALOR Indústria e trabalhadores se unem contra guerra fiscal nos portos VEICULAÇÃO NACIONAL	22

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO BNDES aprova crédito de R\$ 307 mi para a Hyundai		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O montante será aplicado na construção da fábrica de automóveis da montadora em Piracicaba

Alexandre Rodrigues

O Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) aprovou crédito de R\$ 307,4 milhões para a construção da fábrica de automóveis da Hyundai em Piracicaba, no interior paulista. O financiamento corresponde a quase 30% do investimento total estimado para a primeira unidade industrial da montadora sul-coreana no Brasil, que é de R\$ 1,1 bilhão.

As obras do empreendimento foram iniciadas há um ano, mas a aprovação do **BNDES** atrasou por causa de um contencioso tributário entre o governo brasileiro e a massa falida da Asia Motors, que foi adquirida pela também coreana Kia no fim dos anos 90. Como a Hyundai é a principal acionista da Kia, o **BNDES** precisou consultar a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional antes de conceder o crédito. O entendimento foi o de que a Hyundai não poderia ser impedida de contrair financiamento com o **BNDES**, já que não é o alvo direto do contencioso.

Haroldo Prates, chefe do departamento de indústria pesada da área industrial do **BNDES**, explica que a origem da cobrança do governo é a isenção de imposto de **importação** para vans da Asia Motors, em 1997, condicionada à instalação de uma fábrica na Bahia. A crise asiática de 1998 minou os planos da montadora, que quebrou, e a área em Camaçari acabou com a Ford. A Kia coreana não reconhece a dívida, de quase US\$ 1 bilhão, cobrada pelo governo.

Segundo Prates, embora haja rumores de que a Hyundai pensa em fabricar também automóveis Kia na

fábrica de Piracicaba, essa possibilidade não foi aventada no plano de negócios submetido ao **BNDES**.

O executivo explicou que o crédito do banco de fomento representa pouco do investimento total da fábrica porque só pode ser usado em obras civis, treinamento e compra de equipamentos nacionais.

"Como é a primeira fábrica da multinacional no País, é natural que eles trabalhem com fornecedores estrangeiros", disse. Prates acrescentou que o banco também poderá financiar investimentos dos fornecedores que a montadora deverá atrair para a região, mas ainda não foi procurado. As operações do crédito aprovado pelo **BNDES** terão remuneração baseada na TJLP (6% ao ano), acrescidos de custos financeiros, e prazo de 78 meses para amortização.

Meta. O financiamento deverá acelerar o ritmo das obras para cumprir a meta de conclusão em março deste ano para o início da fase de testes. Os primeiros carros sairão para o **mercado** em 2013. A fábrica terá capacidade para produzir 150 mil unidades por ano.

Crédito aprovado

No **BNDES**, pesou em favor da Hyundai o compromisso de cumprir 65% de conteúdo local no primeiro ano, exigência que é objeto de negociação das montadoras que chegam ao Brasil.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Lei da Ficha Limpa passa no Supremo e já vale neste ano		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Lei da Ficha Limpa, que torna inelegíveis políticos condenados por órgãos judiciais colegiados, é constitucional e será integralmente aplicada a partir das eleições deste ano, decidiu ontem o Supremo Tribunal Federal, após 11 sessões de julgamento. Os ministros teriam de decidir ainda se diminuiriam o prazo de inelegibilidade estipulado pela lei. Até o fechamento desta edição, essa decisão ainda não havia sido tomada. Da forma como foi aprovada no Congresso, um político condenado por órgão colegiado fica inelegível até o trânsito em julgado do processo. Depois, permanece inelegível durante o cumprimento da pena e, terminada a pena, ainda está proibido de se candidatar por mais oito anos. Pela proposta que estava sendo discutida pelos ministros do STF, o período de oito anos começaria a contar a partir da condenação e, quando terminada a pena, o político já poderia se candidatar

Ficha Limpa é constitucional e vale para eleições deste ano, diz Supremo

FELIPE RECONDO, MARIÂNGELA GALLUCCI / BRASÍLIA
- O Estado de S.Paulo

Depois de quase dois anos e 11 sessões de julgamento, a Lei da Ficha Limpa foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e será aplicada integralmente já nas eleições deste ano. Pela decisão, a lei de iniciativa popular atingirá também atos e crimes praticados antes da sanção da norma, em 2010.

A partir das eleições de 2012, não poderão se candidatar políticos condenados por órgãos judiciais colegiados por crimes como lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e contra o patrimônio público, improbidade administrativa, corrupção eleitoral ou compra de voto, entre outros, mesmo que ainda possam recorrer da condenação.

Também estarão impedidos de disputar as eleições aqueles que renunciaram aos mandatos para fugir de processos de cassação por quebra de decoro, como fizeram, por exemplo, Joaquim Roriz (PSC-DF), Paulo Rocha (PT-PA), Jader Barbalho (PMDB-PA) e Valdemar Costa Neto (PR-SP). Detentores de cargos na administração pública condenados por órgão colegiado em processos de abuso de poder político

ou econômico, ou que tiverem suas contas rejeitadas, também serão barrados.

Pelo texto da lei aprovado pelo Congresso e mantido pelo STF, aqueles que forem condenados por órgãos colegiados permanecem inelegíveis a partir dessa condenação até oito anos depois do cumprimento da pena. Esse prazo, conforme os ministros, pode superar em vários anos o que está previsto na lei.

Se um político for condenado a cinco anos de prisão por órgão colegiado, por exemplo, já estará imediatamente inelegível e continuará assim mesmo se recorrer da sentença em liberdade, até a decisão em última instância. Se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmar a pena de cinco anos, o político ficará inelegível durante o período de reclusão. Quando deixar a cadeia, terá início o prazo de oito anos de inelegibilidade previsto pela Ficha Limpa.

Depurado. "Uma pessoa que desfila pela passarela quase inteira do Código Penal, ou da Lei de Improbidade Administrativa, pode se apresentar como candidato?", indagou o ministro Carlos Ayres Britto. Ele explicou que a palavra candidato significa depurado, limpo. O ministro disse que a Constituição tinha de ser dura no combate à improbidade porque o **Brasil** não tem uma história boa nesse campo.

"A nossa tradição é péssima em matéria de respeito ao erário", disse Ayres Britto. "Essa lei é fruto do cansaço, da saturação do povo com os maus tratos infligidos à coisa pública."

Por terem de analisar todos os artigos da lei, o julgamento teve diversos placares. Por 6 votos a 5, os ministros julgaram que a Ficha Limpa vale para fatos ocorridos antes da sanção da lei, em 2010. De acordo com Gilmar Mendes, julgar constitucional a lei para atingir casos já ocorridos seria abrir uma porta para que o Congresso aprove legislações casuísticas para atingir pessoas determinadas com base no que fizeram no passado. "Não há limites para esse modelo. Isso é um convite para mais ações arbitrárias", afirmou. Além dele, votaram contra a retroatividade os ministros Celso de Mello, Marco Aurélio Mello e Cezar Peluso.

Por 7 votos a 4, o Supremo julgou constitucional barrar candidatos condenados por órgãos colegiados. Gilmar

Mendes, Celso de Mello, Dias Toffoli e Cezar Peluso consideram que, nesses pontos, a Ficha Limpa viola o princípio da presunção da inocência, segundo o qual ninguém será considerado culpado antes de condenação definitiva.

Por 6 votos a 5, os ministros julgaram não ser exagerado o prazo fixado na lei para que permaneça inelegível o político condenado por órgão colegiado - oito anos a contar do fim do cumprimento da pena. Cinco ministros defendiam que o prazo começasse a contar da condenação

pelo órgão colegiado. Assim, quando a pena fosse cumprida, o político poderia se candidatar.

Desde 2010, o STF tentava concluir o julgamento da aplicação e da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Em 2011, com a posse de Luiz Fux, foi decidido que a norma só valeria a partir das eleições de 2012. A chegada de Rosa Weber no fim do ano passado deixou o STF novamente com 11 ministros e, assim, permitiu a conclusão do julgamento de constitucionalidade da lei.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Economist' vê presidente fora da 'sombra de Lula'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A nomeação de Maria das Graças Foster para presidir a Petrobrás e de Eleonora Menicucci para a Secretaria de Políticas para Mulheres mostra que Dilma Rousseff está "saindo da sombra" de Lula, opina The Economist na edição

que chega às bancas do Reino Unido hoje. A revista lembra que Dilma trocou sete ministros, mas nenhum teria sua cara, enquanto a escolha de Graça Foster foi "particularmente notável". / SÍLVIO GUEDES CRESPO



VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO Mantega adota postura mais flexível sobre cortes		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Um dia após bloquear as emendas parlamentares no corte do Orçamento de 2012, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentou ontem postura mais flexível. Manteve o discurso de que as propostas enviadas pelo Congresso são "inexequíveis", mas ressaltou, que, como em anos anteriores, o

governo pode liberar parte dos R\$ 20,3 bilhões bloqueados. "No ano passado viabilizamos um volume razoável de emendas, que vão servir para empreendimentos, infraestrutura. Portanto, não será diferente do ano passado", disse. / C.F.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Eike diz que fábrica da Foxconn será em MG		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Bilionário é sócio do empreendimento no Brasil; empresa e Estado não confirmam

DE SÃO PAULO

A nova fábrica brasileira da Foxconn será instalada em Minas Gerais. O anúncio foi feito anteontem pelo sócio do empreendimento no país, o empresário Eike Batista.

A unidade, prevista no investimento de US\$ 12 bilhões da empresa taiwanesa no Brasil, vai produzir telas sensíveis ao toque para aparelhos da Apple (iPad e iPhone) e outras marcas.

A fábrica estava sendo disputada pelos governos de Minas e do Rio de Janeiro. Ontem, a Foxconn não confirmou o investimento.

O governo de Minas Gerais afirmou que não comentaria o caso.

O bilionário não informou a cidade e não deu detalhes sobre o montante que será investido, mas disse que os brasileiros terão uma participação de 60% no negócio.

O investimento brasileiro será repartido com o **BNDES** (Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social).

O banco deve colocar até US\$ 1,2 bilhão no empreendimento; Eike deve investir US\$ 500 milhões.

O empresário, presidente do grupo EBX, afirmou que conversou com o diretor-executivo da Apple, Tim Cook, no começo do mês e ele teria dito que ficou feliz com a sociedade no Brasil.

No começo deste mês, o secretário de Planejamento e **Desenvolvimento** de São Paulo, Júlio Semeghini, afirmou que a empresa deve montar mais cinco fábricas no **Brasil** para **produção** de gabinetes, componentes e conectores de celulares e tablets.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Lei da Ficha Limpa vale já para as eleições deste ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Supremo Tribunal Federal considerou válida a Lei da Ficha Limpa. A norma deixa inelegíveis por oito anos políticos cassados, condenados por órgão colegiado ou que renunciaram para evitar uma punição. A regra vale já nas eleições deste ano. Ela é fruto de iniciativa popular. Foi enviada ao Congresso depois de obter mais de 1,3 milhão de assinaturas de eleitores

Lei da Ficha Limpa vale a partir deste ano, decide STF

Norma impede candidatura de políticos condenados por órgão colegiado

Também não poderão disputar eleições os que foram cassados ou que renunciaram para escapar da punição

FELIPE SELIGMAN

NÁDIA GUERLENDIA

DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem tornar válida a Lei da Ficha Limpa, iniciativa popular cujo objetivo principal é barrar a candidatura de políticos condenados pela Justiça.

Com a decisão, a partir deste ano ficam impedidas de disputar a eleição pessoas condenadas por um órgão colegiado, cassadas pela Justiça ou que tenham renunciado para evitar a punição.

Depois de mais de dez horas de discussões nesta semana, sete ministros votaram pela validade da lei: Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Cármen Lúcia, Carlos Ayres Britto e Marco Aurélio Mello.

Seis desses sete entenderam que a lei deve ser aplicada inclusive para condenações e renúncias que ocorreram antes de sua promulgação, em junho de 2010.

Só Marco Aurélio votou diferente. Para ele, a lei só poderia atingir fatos ocorridos após sua entrada em vigor.

Os ministros José Antonio Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Cezar Peluso votaram contra a principal mudança proposta pela lei - a possibilidade de barrar políticos condenados por órgãos colegiados.

A Lei da Ficha Limpa foi aprovada pelo Congresso após obter mais de 1,3 milhão de assinaturas de eleitores.

No julgamento, o STF analisou três ações sobre a legislação, duas a favor de sua constitucionalidade e uma que questionava a regra que vetou a candidatura de profissionais que tiveram seus registros cassados.

Com a decisão de ontem, também fica estabelecido que não poderão se candidatar pessoas que, por decisão de entidade de classe, como a OAB, perderam registro profissional, ou que tiveram contas rejeitadas por um órgão de controle, como o TCU (Tribunal de Contas da União).

A principal polêmica do julgamento girou em torno da possibilidade de vetar a candidatura de um político que teve condenação, mas da qual ainda cabe recurso até a última instância judicial.

Os ministros contrários à lei argumentavam que este ponto fere o princípio constitucional da presunção de inocência, pois penaliza político que, em tese, pode ser considerado inocente no final.

Também disseram que não deveriam ser levados em conta argumentos em favor da vontade popular. "Não se deve esquecer que essa tal opinião pública ou essa imprecisa vontade do povo é a mesma que elege os chamados candidatos fichas-suja", disse o ministro Gilmar Mendes.

Prevaleceu, entretanto, o argumento de que a proibição de se candidatar não deve ser encarada como uma sanção, mas como uma condição de elegibilidade.

"Enquanto o indivíduo é gente, o membro do poder é agente. Para sair da condição de gente para a de agente é preciso maior qualificação e essa é a razão de ser da Ficha Limpa", disse Ayres Britto.

A Lei da Ficha Limpa estabeleceu que o político condenado por um colegiado ficaria inelegível por oito anos, além do período imposto pela pena. Se a condenação é de dez anos, por exemplo, a inelegibilidade é de 18.

Foi derrotada uma proposta de Fux de reduzir o tempo em que um político teria sua candidatura barrada.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo teme que economia cresça apenas 3% neste ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo recebeu indicadores de que a economia brasileira pode ter um resultado menor do que o esperado para este ano, o temor é que o crescimento estacione em nível próximo de 3%.

Dados preliminares mostram que a expansão da economia em 2011 ficou abaixo da projeção de 3%

Governo teme alta do PIB de só 3% em 2012

Indicadores extra-oficiais já apontam que crescimento neste ano pode mais uma vez ficar abaixo do esperado

Ministro da Fazenda diz, no entanto, que investimento "muito forte" vai "ajudar a dinamizar a economia"

NATUZA NERY

PRISCILLA OLIVEIRA

DE BRASÍLIA

O governo começa a receber indicadores de que a economia brasileira pode ter um resultado menor do que esperado este ano. O temor é de que o crescimento estacione, mais uma vez, em patamar próximo aos 3%.

Segundo a Folha apurou, não se trata ainda de uma avaliação oficial, apenas de um alerta. Daí a ordem de soltar o investimento público para tentar garantir uma expansão do PIB (Produto Interno Bruto) superior a 4%.

Esses mesmos dados preliminares já mostravam internamente que o crescimento da economia em 2011 ficou abaixo da projeção de 3%.

Ontem o Banco Central divulgou prévia do PIB para 2011, que apontou expansão de 2,72% - a alta é de 2,79% quando são desconsideradas as influências sazonais. O número final só será divulgado em março pelo IBGE.

No último ano do governo Lula, a economia do país cresceu mais de 7%. A atividade econômica corria tão acelerada que a presidente Dilma Rousseff teve de desarmar a alta inflacionária e conter o ritmo do crescimento.

Apesar de alguns números, inclusive os apurados pelo BC, apontarem certa dose de cautela, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deu ontem declarações otimistas.

"Temos um orçamento de investimentos muito forte para 2012 e isso vai ajudar a dinamizar a economia."

Além disso, o Executivo conta com a elevação do salário mínimo e com a redução da taxa básica de juros para estimular a economia.

A equipe econômica promete uma redução nas despesas públicas neste ano equivalente a R\$ 55 bilhões em relação ao que havia sido programado pelo Congresso na lei orçamentária.

O Ministério da Fazenda diz que esse corte ajudará o BC a manter a trajetória de queda dos juros e dará segurança de que o governo cumprirá a meta de superávit primário de 3,1% do PIB.

"Isso abre espaço para juros menores, contanto que a inflação esteja sob controle. E todos os índices que tenho visto apontam para uma queda da inflação", diz Mantega.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria e trabalhadores se unem contra guerra fiscal nos portos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ivo Ribeiro

Vários setores industriais do país acabam de formar uma coligação com entidades de trabalhadores - Força Sindical e CUT, entre elas - e vão lançar, até o fim do mês, um manifesto conjunto contra a guerra fiscal nos portos brasileiros. O objetivo é acabar com a farra dos incentivos fiscais concedidos por mais de dez governos estaduais na tributação do ICMS sobre produtos importados.

O mote da campanha, que culminará com um evento em Brasília, é direto: "A guerra fiscal dos portos destrói empregos no Brasil." Será destacado que "a redução do ICMS na importação já diminui a capacidade do país de gerar 771 mil empregos desde 2010". E mais: "O PIB [Produto Interno Bruto] deixou de crescer R\$ 18,9 bilhões desde 2010", aponta, com base em estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

As negociações entre representantes do capital e do trabalho começaram em agosto e o manifesto deverá reunir a assinatura de cerca de 30 entidades. Desde CNI e Ação Empresarial a federações estaduais da indústria nos Estados de São Paulo, Rio, Minas Gerais e Bahia e associações de fabricantes de aço, alumínio, alimentos, calçados, máquinas e equipamentos, têxtil, química e petroquímica, eletrônicos, brinquedos e autopeças.

Do lado dos trabalhadores vão fazer parte da ação conjunta, além da CUT e da Força Sindical, as confederações dos trabalhadores metalúrgicos (CNTM), do vestuário (CNVT) e das indústrias do setor têxtil, vestuário, couro e calçados (Conaccovest). Também assinará o manifesto a União Geral de Trabalhadores (UGT).

O alvo da mobilização são os incentivos dados por 12 Estados, que, segundo alegam, são inconstitucionais. Atualmente, estão em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF) 13 Ações de Inconstitucionalidade (Adins) aguardando o julgamento desse benefício.

As indústrias denunciam que o produto importado fica artificialmente mais barato que o nacional e que isso tem permitido entrar uma avalanche de produtos de diversos países nos portos brasileiros, especialmente da China. Os

governos de Santa Catarina, Espírito Santo e Ceará são considerados os mais agressivos na concessão de incentivos e os mais resistentes a mudanças no sistema de tributação do ICMS entre os Estados.

O que se busca com esse manifesto é uma alíquota única de ICMS nas operações interestaduais de mercadorias importadas. Isso está em discussão no Projeto de Resolução nº 72/2010, de autoria do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). O projeto propõe uma alíquota entre 2% e 4%, o que inibiria os benefícios fiscais, que reduzem o tributo de 12% para 3%. Ou seja, com a unificação haveria queda no imposto recolhido pelos Estados, o que desagradaria muitos governadores.

O governo do Espírito Santo, que se considera o mais afetado, chegou a propor que alguns produtos, como aço, petroquímicos e têxteis ficassem de fora desses incentivos. Tal proposta não sensibilizou representantes de entidades e associações empresariais, as quais dizem buscar uma solução para toda a cadeia produtiva do país. "Não faz sentido uma negociação dessa", disse o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes

No caso do aço, disse, entraram pelos portos dos três Estados, em 2010 e 2011, mais da metade das importações de produtos siderúrgicos da China, Coreia do Sul, Ucrânia e Turquia. O volume importado foi de 3,8 milhões de toneladas em 2011, após 5,9 milhões de toneladas em 2010.

"A queda de importação em 2011 se deveu mais à compressão de preços e margens das empresas (Usiminas, CSN, Gerdau, Votorantim e ArcelorMittal), afetando o resultado dos balanços, do que a mudanças na política de defesa comercial do país", disse Lopes.

O manifesto espera sensibilizar os senadores para aprovar em regime de urgência o projeto de Romero Jucá. "É a forma de impedir que esta guerra fiscal dos portos empurre o Brasil para dentro da crise mundial", lembrou o executivo da indústria do aço.

Para Lopes, não é justo que as empresas que produzem aqui paguem ICMS sem incentivo (12%), enfrentando carga tributária elevada, juros altos e infraestrutura precária,

enquanto o produto **importado** usufrui de um benefício de 9% (diferença no tributo) dados pelos governos estaduais.

Além da guerra fiscal nos portos, diz, a indústria do aço, do alumínio, têxtil, petroquímica e outras já enfrentam um

câmbio brasileiro apreciado, outro fator que beneficia as **importações**. "No nosso caso, ainda há o excedente de oferta mundial de aço da ordem de 500 milhões de toneladas."

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria e varejo pedem alívio no IPI		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Setor quer prorrogação do incentivo para linha branca, para reduzir o efeito da crise

Wagner Gomes

SÃO PAULO. Indústria e varejo já pediram ao governo a reedição da medida que reduziu, no fim do ano passado, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para itens da linha branca, como geladeiras, fogões e máquinas de lavar. Para o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletrons), Lourival Kíçula, o ideal é que a medida - que expira em março - seja estendida pelo menos por mais três meses. Segundo ele, a redução da alíquota só traz vantagens. Kíçula disse que desde que o IPI foi reduzido, no início de dezembro de 2011, a indústria contratou duas mil pessoas para atender aos pedidos do varejo. Antes da redução do IPI, os fabricantes de linha branca programavam férias coletivas.

- A indústria ainda não entregou um pedido oficial ao governo para a reedição da medida, mas já fez algumas reuniões. Existe até a intenção de pedir a continuidade da proposta atrelada à eficiência energética dos produtos. Ou seja, quem fabricar um produto que consuma menos energia, também paga menos imposto - disse Kíçula.

A redução do imposto, tomada também em 2008, faz parte de um pacote para estimular o aumento do consumo das famílias no **Brasil** e valerá até 31 de março deste ano. A alíquota passou de 4% para zero no caso dos fogões. A queda foi de 15% para 5% em geladeiras e de 20% para 10% em máquinas de lavar. O imposto dos tanquinhos foi reduzido de 10% para zero.

A Whirlpool Latin America, dona das marcas Brastemp e Consul, disse que a redução do IPI levou a um aumento expressivo da demanda por eletrodomésticos em todo o país. A empresa registrou um acréscimo nas vendas de 15% a 20% em janeiro de 2012, sobre o mesmo período de 2011, nas categorias beneficiadas pela redução do imposto. Com a medida, a companhia espera um aumento do volume de vendas no primeiro trimestre. A estimativa é que as vendas cresçam entre 10% e 15% em volume, comparando o primeiro trimestre de 2012 com o mesmo período do ano passado. Mabe, que representa GE e Dako, e LG não se manifestaram.

Apesar da redução do IPI, o preço dos produtos de linha branca subiu. O IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), captou em janeiro aumento médio de 0,88% nos preços do subgrupo Eletrodomésticos e Equipamentos, contra uma queda de 2,68% em dezembro. A geladeira ficou 0,50% mais cara. O preço da máquina de lavar subiu aumentou 0,24%, o do fogão, 0,21% e o do micro-ondas, 0,05%.

Vendas no comércio devem crescer só 3,2%, diz pesquisa

Já o varejo sustenta o pedido de redução do IPI com índices futuros de venda, todos apontando para queda. Segundo o economista Cláudio Felisoni, do Programa de Administração do Varejo (Provar), embora a taxa básica de juro, a Selic, esteja em queda, o juro ao consumidor continua alto (43,8% ao ano), o que afasta os clientes das lojas. O prazo médio de financiamento caiu depois que a taxa de inadimplência ficou mais alta com a desaceleração da economia, prejudicando as vendas. Felisoni disse que, sazonalmente, as vendas nos primeiros três meses do ano são inferiores às registradas no quarto trimestre do ano anterior, mas a situação em 2012 está ainda mais complicada.

- O faturamento do setor deve cair 7,7% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com os últimos três meses de 2011. É uma queda significativa. As vendas estão muito lentas e espera-se que o governo reedite a medida para trazer mais fôlego às compras - afirmou Felisoni.

De acordo com uma pesquisa de intenção de compra do Provar, as vendas totais do varejo devem crescer apenas 3,2% ao final do primeiro trimestre deste ano, contra um crescimento de 12,9% em março de 2011. Felisoni disse que não há impedimento para a manutenção da alíquota menor, já que não existe pressão inflacionária sobre os preços.

O consultor especializado em varejo Eugênio Foganholo disse que as vendas da indústria para o **comércio** estão mais aquecidas do que as vendas do varejo para o consumidor, o que mostra a preocupação dos lojistas com a formação do estoque antes que o prazo para o IPI menor expire.

- A redução do imposto não alavancou as vendas como no passado, e a manutenção do IPI menor é uma possibilidade. Diminuir imposto é sempre bom, já que o nível de atividade cresce - afirmou Foganholo.

	VEÍCULO FOLHA DE BOA VISTA	EDITORIA	
	TÍTULO Nagib Lima assume 2º escalão na <u>Suframa</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Nagib Lima será empossado após o Carnaval como o novo Superintendente-adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Por indicação da Casa Civil do Palácio do Planalto, essa será a segunda vez que ele assumirá o cargo da autarquia. A informação foi antecipada no mês passado pela Parábólica.

O atual assessor especial da Secretaria de Assuntos Institucionais da Presidência da República era o nome mais cotado para assumir a função no lugar de Elilde Menezes, devido ao conhecimento que tem da região amazônica. A Suframa possui quatro cargos de Superintendente-adjunto, e o único nome de Roraima que despontava na lista era o de Nagib, primeiro suplente da senadora petista ngela Portela.

Na sede da autarquia, em Manaus (AM), Nagib informou que ficará à frente dos assuntos relacionados à Amazônia ocidental, dando continuidade ao trabalho de desenvolvimento de políticas públicas do Governo Federal para a região.

"A expectativa é de poder trabalhar na atração de investimento de projetos estratégicos visando ao desenvolvimento econômico, sustentável e social da Amazônia ocidental e estabelecer uma articulação dos

governos estaduais e prefeituras com o Governo Federal", destacou o técnico.

Da primeira vez, Nagib atuou por quase três anos e meio na Suframa como Superintendente-adjunto. Ele trabalhou na gestão da ex-Superintendente Flávia Grosso até 2005. Após o período, assumiu como assessor especial do Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais em Roraima.

"É um desafio novo, interessante, em que eu vou poder contribuir ao máximo com o desenvolvimento da minha região", respondeu Nagib Lima, ao ser questionado sobre os benefícios para Roraima com sua nomeação para o cargo.

A Suframa é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e atua como agência promotora de investimentos, que tem a responsabilidade de identificar alternativas econômicas e atrair empreendimentos para a região, objetivando a geração de emprego e renda.



VEÍCULO GAZETA DO POVO	EDITORIA	
TÍTULO Foxconn terá fábrica em MG, diz Eike		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A nova fábrica brasileira da Foxconn será instalada em Minas Gerais. O anúncio foi feito pelo sócio do empreendimento no país, o empresário Eike Batista. A unidade, prevista no investimento de US\$ 12 bilhões da empresa taiwanesa no Brasil, vai produzir telas sensíveis ao toque para aparelhos da Apple (iPad e iPhone) e outras marcas. A fábrica estava sendo disputada pelos governos de

Minas e do Rio de Janeiro. A Foxconn não confirmou o investimento e o governo de Minas Gerais afirmou que não comentaria o caso. O empresário não informou a cidade e não deu detalhes sobre o montante que será investido, mas disse que os brasileiros terão uma participação de 60% no negócio. O **BNDES** deve colocar até US\$ 1,2 bilhão, e Eike deve investir US\$ 500 milhões.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Senadores criticam corte de R\$ 55 bi no orçamento		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O corte de R\$ 55 bilhões determinado pelo Executivo no Orçamento repercutiu negativamente entre senadores da oposição e até da base do governo. Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Sérgio Souza (PMDB-PR), por exemplo, compartilharam em seus pronunciamentos indignação quanto ao que consideram o enfraquecimento do papel do Legislativo na elaboração da peça orçamentária.

Afinal, o corte atingiu recursos do Orçamento aprovados pelo Congresso Nacional por meio de emendas parlamentares. Além disso, a decisão seria prova de que o orçamento é executado da forma que quer o Executivo, restando aos senadores e deputados pouco a fazer.

- As prioridades estipuladas pelos parlamentares no Orçamento não têm nenhum valor para o governo, nenhum valor, diante do sistema de 'decisionismo', autoritário, que está instalado no Palácio do Planalto - afirmou o senador Aloysio Nunes, que disse considerar o Orçamento "uma lei para inglês ver" e "peça de ficção".

Aloysio Nunes e Sérgio Souza também dividem a opinião de que a liberação de emendas parlamentares ao Orçamento incluídas em cortes como anunciado na quarta-feira (15) é utilizada como moeda de troca pelo governo em votações **importantes**. Ou seja, o governo obtém apoio do parlamentar em troca da liberação da emenda deste, que acaba atingida pelo contingenciamento.

A ressalva do senador paranaense é de que esta não é uma prática só do governo atual:

- Esta não é só do governo do PT. E também não foi só do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O que deve prevalecer é a vontade do povo, que elegeu os membros do Legislativo.

A também governista Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que seu partido não vê necessidade de um corte tão

profundo. Ela explicou que os cortes atingem R\$ 20 bilhões do orçamento da Previdência Social para despesas obrigatórias, como o pagamento de aposentadorias. Também atinge cerca de R\$ 5,5 bilhões do **Ministério** da Saúde e R\$ 2 bilhões do **Ministério** da Educação. O valor contingenciado, observou ela, deverá ser destinado ao pagamento de juros da dívida pública.

- É mais uma herança perversa do neoliberalismo que traduz o poder da oligarquia financeira à qual o governo **Lula** não renunciou, optando por manter, a exemplo do câmbio flutuante e da política monetária conservadora que Dilma promete mudar - criticou.

O líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), acusou o **Governo Federal** de agir com "cinismo" ao anunciar corte de R\$ 55 bilhões e negar que atingiria a área social. Já o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), classificou o contingenciamento de "absolutamente normal". Lembrou que os cortes são anunciados todos os anos e que o montante poderá até ser revisto.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Poder Executivo "ignora completamente" o Congresso Nacional.

- Nós temos um Poder Executivo autoritário do ponto de vista fiscal, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista orçamentário. E isso fere as instituições nacionais - disse.

Da Redação / Agência Senado

	VEÍCULO SITE MDIC	EDITORIA	
	TÍTULO Produção de computadores do tipo "All in One" ganha incentivos da Lei de Informática		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Brasília (16 de fevereiro) - A produção de computadores do tipo All in One, que reúnem a Unidade Central de Processamento (CPU) e o monitor em uma só unidade, já pode ser feita no Brasil com os incentivos tributários previstos pela Lei de Informática. Para isso, a empresa deve comprovar, entre outros itens, o cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB) que foi publicado no Diário Oficial desta quinta-feira pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

As Portarias Interministeriais nº 53 e nº 54 estabelecem o conjunto mínimo de etapas de nacionalização que a empresa terá que atender para ter direito aos benefícios concedidos pelo governo. Para o cumprimento dessas etapas, ficaram estabelecidos percentuais e cronogramas de montagem e utilização de componentes, partes e peças nacionais, tomando-se por base a quantidade a ser utilizada durante o ano.

Consulta Pública

O novo **PPB** do computador All in One foi definido a partir de consulta pública realizada pelo Grupo de Trabalho de **PPBs**, que decidiu utilizar como paradigmas os processos produtivos básicos já definidos para netbooks, notebooks e tablets. A avaliação do grupo é a de que o All in One traz altas exigências de valor agregado semelhantes às necessárias na fabricação desses itens.

O **PPB** representa o conjunto mínimo de etapas que caracterizam a industrialização local de determinado produto, que deve ser atendido para a empresa ter direito aos benefícios tributários concedidos às empresas da **Zona Franca de Manaus** e às que produzem bens de informática e automação com os incentivos fiscais da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91), instaladas em qualquer parte do país.

Leia a íntegra das Portarias **MDIC/MCIT** nº 53 e nº 54.

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO A anemia da indústria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

CELSO MING - O Estado de S.Paulo

Nunca um organismo oficial do governo brasileiro foi tão taxativo no diagnóstico como o Ipea: "A indústria brasileira enfrenta problemas sistêmicos de competitividade".

É o que vai à página 3 do último Conjuntura em Foco (veja o link: <http://miud.in/1bPU>). Quer dizer, o problema não é concorrência predatória da China, nem força demais dada ao agronegócio, nem descaso da política industrial. É falta de competitividade.

O estudo começa com o dimensionamento do tombo da indústria no **comércio** exterior. Entre 2005 e 2011, a participação de produtos manufaturados no total das **exportações** brasileiras despencou de 55,1% para 36,0%.

Esse resultado não tem propriamente a ver com o forte aumento das **exportações** de produtos primários, mas, sim, com o encolhimento de 14,4% do volume (quantum) **exportado** de manufaturados no período (veja o gráfico).

A avaliação do Ipea descarta sumariamente a alegação, tantas vezes repetida por dirigentes da Indústria, de que esse recuo é consequência da crise internacional, pelo encolhimento da demanda de produtos manufaturados. A perda de participação nas **exportações** começou bem antes, observa o Ipea. E, se houve impacto sobre encomendas da indústria nacional, a crise teve apenas "papel coadjuvante".

O Ipea busca explicação para o esvaziamento industrial na política cambial adversa e nos "problemas estruturais" conhecidos. E passa como gato sobre brasa sobre os tais "problemas estruturais", provavelmente para não expor o governo Dilma nas velhas e não resolvidas questões do custo Brasil. Vê como fatores de definhamento "a qualidade da

infraestrutura, magnitude e composição da carga tributária, grau de qualificação da mão de obra e níveis de entraves burocráticos".

Os economistas do Ipea atêm suas críticas ao modelo dos governos FHC e Lula, a partir do Plano Real, e à "estratégia monetária de juros elevados e de câmbio valorizado como forma de manter a inflação em patamares considerados confortáveis para os investidores internacionais".

Ou seja, juro alto e câmbio baixo ajudaram a atrofiar a indústria, porque os governos usaram o câmbio achatado para abastecer uma população com poder aquisitivo em ascensão, ávida por consumo. Assim, **importações** crescentes de manufaturados (a preços relativamente baixos) agiram contra interesses imediatos da indústria e solaparam sua competitividade.

Mas o que fazer para reenergizar essa indústria cada vez mais anêmica? O Ipea propõe incentivar investimentos. E aí está a maior fragilidade do estudo. A indústria não fraquejou por falta de investimentos. Ela se dá por consequência da fraqueza anterior. Se o empresário não investiu o suficiente não foi por falta de empurrão do governo, mas porque o retorno (lucratividade) do investimento na transformação deixou de ser compensatório.

Ao contrário do que sugere o Ipea, a adoção de uma política de investimentos sem correção do problema de fundo (seja a excessiva valorização do real, seja o enorme custo Brasil) seria uma alocação inútil de esforços e de recursos.

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma promete defender <u>exportadores</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente disse que o governo vai adotar novas medidas para estimular a competitividade dos produtos brasileiros BRUNO BOGHOSSIAN, ENVIADO ESPECIAL / CAXIAS DO SUL - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff prometeu adotar medidas de "defesa comercial" e estímulo à **produção** para defender os **exportadores** brasileiros. Em discurso ontem na abertura da Festa da Uva de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, Dilma fez um aceno à plateia de empresários do setor de vitivinicultura e da indústria metal-mecânica do município ao defender a economia nacional.

"Não ficaremos inertes à necessidade de investir mais e também combater práticas comerciais predatórias. Podem ter certeza que o governo brasileiro se encarregará de tomar todas as providências previstas pela Organização Mundial do **Comércio** no que se refere a práticas comerciais assimétricas e danosas - incluindo aí as salvaguardas", afirmou a presidente, que foi em seguida aplaudida pelos convidados.

Dilma afirmou que o **Ministério** das Relações Exteriores e o **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** trabalham com a adoção de salvaguardas - reverberando discurso que já foi adotado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. No fim de janeiro, após a primeira reunião ministerial do ano, em Brasília, o ministro alertou que o governo poderia desencadear medidas contra países que adotarem concorrências predatórias, prejudicando o Brasil.

Sem dar detalhes, a presidente afirmou ainda que o governo pretende adotar este ano novas medidas de incentivo ao crédito para estimular a competitividade dos produtos brasileiros.

"Podem ter certeza que iremos aprofundar este ano medidas tributárias de estímulo à **produção** e à **exportação**, crédito em condições mais adequadas, estímulo à inovação, formação de mão de obra e adoção de medidas de defesa comercial", afirmou Dilma.

A presidente criticou as barreiras erguidas por países desenvolvidos no **mercado** internacional, reduzindo a competitividade dos produtos brasileiros..

"Sabemos tomar todas as medidas necessárias para enfrentar esse ambiente de intensa concorrência. A crise internacional obriga os países que não são responsáveis por ela ou vivem em crise a conviver com essa intensa concorrência, uma vez que **mercados** internacionais desenvolvidos estão em um processo de estagnação ou recessão", disse a presidente. "Temos uma grande oportunidade de produzir para o **mercado** interno, mas também de **exportar**."

Confiança. Dilma demonstrou confiança na superação da crise mundial pelo Brasil, sem mencionar o esforço de recuperação das economias internacionais. "Temos certeza que o **Brasil** será um dos poucos países nesse cenário internacional a ter uma taxa de crescimento significativa. Nossa meta é crescer 4,5% este ano e isso iremos buscar com uma combinação de investimento público e investimento privado, de sistemático **monitoramento** e melhoria da gestão pública, e de apoio e garantia de condições mais adequadas ao setor privado", afirmou.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Estados têm superávit fiscal maior		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os governadores dos principais Estados frearam os investimentos para fazer um superávit primário robusto no ano passado. Em um grupo de oito Estados - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco -, apenas este último elevou os investimentos em 2011, em 9,69%

Investimento cai e superávit primário sobe nos Estados

Por De São Paulo, Rio, Florianópolis, Curitiba, Belo Horizonte e Recife

No primeiro ano do atual mandato dos governadores, os principais Estados frearam investimentos para fazer um superávit primário mais robusto. Em um grupo de oito Estados - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia -, somente o governo pernambucano elevou os investimentos em 2011 - 9,69%, em relação ao ano anterior.

Os demais sete Estados totalizaram R\$ 17,15 bilhões em investimentos no ano passado, o que representa queda de 28,32%. Foi essa redução de investimentos que propiciou o avanço dos resultados primários dos Estados. Embora com critérios diferentes dos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dados do Banco Central indicam que os Estados elevaram o superávit de R\$ 16,96 bilhões, em 2010, para R\$ 29,65 bilhões no ano passado. A economia dos governos regionais passou de 0,45% para 0,72% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Apesar desse desempenho, a meta fixada não foi cumprida. Estados e municípios e suas estatais teriam que apresentar superávit primário de 0,95% do **PIB**. Em 2011, todos somados chegaram a 0,85% do **PIB**.

O Estado de São Paulo elevou o resultado primário de R\$ 5,15 bilhões para R\$ 5,95 bilhões, de 2010 para 2011. Os investimentos, porém, caíram de R\$ 9,94 bilhões para R\$ 6,01 bilhões no período. Com a mesma tendência, o resultado primário do governo fluminense subiu de R\$ 1,42 bilhão para R\$ 2,6 bilhões. Os investimentos caíram, porém, quase R\$ 600 milhões no período. Em Pernambuco, o cenário é diferente. O

Estado aumentou o investimento em 6,3%, mas fechou 2011 com resultado primário negativo, de R\$ 369,03 milhões.

Apesar da elevação de 7,9% na receita primária total, São Paulo sofreu o impacto da redução das receitas de capital no ano passado. Mais vigorosas, essas receitas, dizem técnicos da Fazenda estadual, financiaram boa parte dos investimentos do governo paulista em períodos anteriores.

Dentro das receitas de capital do Estado, a maior queda em 2011 ficou por conta dos recebimentos por alienação de bens. Em 2010, a rubrica propiciou R\$ 2,82 bilhões para o governo paulista. No ano passado, foram somente R\$ 49,5 milhões. As receitas com operações de crédito também caíram, embora de forma menos abrupta, de R\$ 1,59 bilhão em 2010 para R\$ 1,2 bilhão no ano passado. A receita de capital total caiu de R\$ 5,76 bilhões para R\$ 2,46 bilhões.

Com base nesses números, técnicos da Fazenda paulista argumentam que, apesar da queda de 39,5% nos investimentos, houve um esforço maior para esse tipo de aplicação de recursos. Com a queda nos recursos adicionais de concessões, operações de crédito e alienação de bens, o financiamento de investimentos com recursos próprios aumentou de 40% para 80%, de 2010 para 2011, informa a Fazenda.

Afetada pela desaceleração da **produção** industrial, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) em São Paulo perdeu ritmo, principalmente no segundo semestre, e fechou o ano passado com elevação de 9,91% em relação a 2010. Com o desempenho, a receita primária corrente paulista teve aumento de 8,2%, enquanto as despesas correntes aumentaram 10,8%.

Ao contrário de São Paulo, o Rio de Janeiro teve um volume das receitas beneficiadas com recursos extraordinários de alienação de ativos. O governo fluminense vendeu o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Berj) - a parte do Banerj que não foi privatizada - ao Bradesco, por R\$ 1,8 bilhão, dos quais R\$ 800 milhões foram pagos em 2011. O Estado também foi beneficiado pela alta do petróleo no **mercado** internacional, o que fez crescer as receitas com royalties para

R\$ 8,6 bilhões em 2011. Em 2010, essa receita havia sido de R\$ 2,26 bilhões.

A Fazenda fluminense também credita ao crescimento da economia, principalmente no primeiro semestre de 2011, a maior receita anual de sua história: R\$ 57,45 bilhões, alta de 13,06% frente aos R\$ 50,81 bilhões arrecadados no ano anterior. Com isso, o resultado primário fechou o ano em R\$ 2,6 bilhões, mais de três vezes o estimado no orçamento estadual para o ano: R\$ 800 milhões, 83% acima do R\$ 1,415 bilhão de 2010.

O secretário estadual de Fazenda do Rio, Renato Villela, explica que a arrecadação de **ICMS** no Rio é dependente do setor de energia e de telefonia. "Quando a economia está aquecida, a demanda por esses serviços cresce", explica. Segundo Villela, nem o arrefecimento do fim do ano foi capaz de afetar o impulso na arrecadação.

Villela explica que, apesar de a arrecadação ter crescido, no ano passado, os investimentos caíram 9,1%. "Não foi uma queda significativa. Em termos de volume ainda é um valor considerável, parecido com o do ano passado", explica. "A queda se deu em função das etapas em que se encontram as obras do Estado".

Para 2012, o secretário acredita que os resultados iniciais nos primeiros meses do ano sejam parecidos com os de 2011, quando o mês de janeiro é mais fraco, mas depois a receita vai melhorando. O orçamento prevê crescimento de 8,8% na arrecadação de **ICMS**. Mesmo assim, com os aumentos de salários que vêm sendo concedidos, como o do setor de segurança, o superávit também deve se reduzir.

O Estado de Santa Catarina fechou 2011 com superávit de R\$ 1,26 bilhão, crescimento de cerca de 15% em relação ao ano anterior. Para 2012, a projeção da Secretaria da Fazenda catarinense é de queda no resultado primário, para R\$ 1,04 bilhão.

O secretário da Fazenda de Santa Catarina, Nelson Serpa, explicou que as projeções para 2012 são conservadoras e pondera que elas poderão ser superadas, segundo ele, como ocorreu no ano passado. Em 2011, o superávit primário do governo de Santa Catarina ficou acima dos R\$ 875 milhões esperados. No entanto, um certo conservadorismo faz sentido, porque nem todos os setores industriais que contribuem para a geração do **ICMS** no Estado estão a todo vapor. Os segmentos cerâmico e têxtil (cama, mesa e banho), por exemplo, que sofrem concorrência maior dos chineses, registram retração na **produção** e nas vendas.

O desempenho de 2011 foi creditado por Serpa, principalmente, às receitas próprias, que cresceram 16% em 2011. O **ICMS**, principal imposto da arrecadação própria, passou de R\$ 6,1 bilhões em 2010 para R\$ 7 bilhões em 2011. Em 2011, o Estado reduziu o volume de investimentos para R\$ 854 milhões, na comparação com o R\$ 1 bilhão realizado no ano anterior. Serpa explicou que este freio tem a ver com o fato de que "os primeiros quatro meses são um período de conhecimento da máquina".

Além disso, os investimentos também foram afetados pelas despesas correntes, que cresceram 15% em 2011 em relação a 2010, chegando a R\$ 13,16 bilhões. Para 2012, os investimentos devem subir um pouco, atingindo R\$ 1,39 bilhão. O secretário espera que os investimentos sejam ajudados por um aumento de 13,4% nas receitas próprias, e, principalmente, por convênios com a União.

Além disso, algum alívio às contas públicas poderá vir da renegociação de encargos sobre a dívida com a União. Há ainda a expectativa que parte dos recursos gerados pela nova repartição dos royalties do petróleo possa "animar" o caixa do Estado já em 2012. Esse tipo de repasse somou R\$ 40,40 milhões em 2011. Serpa espera que esse valor seja duplicado em 2012.

Com resultado primário de R\$ 1,39 bilhão em 2011 - 51% maior que o do ano anterior -, o Paraná teve o desempenho influenciado, em boa parte, pela queda de 58,4% nos investimentos no período. O secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haully, explicou que houve economia no custeio e citou o aumento de 18% nos gastos com a folha de pagamento, que pesou no resultado. "Os investimentos caíram, porque encontramos muitas contas atrasadas."

Haully chama a atenção para o bom desempenho da indústria do Estado. A receita com **ICMS** cresceu 14%. Sobre 2012, afirmou que "há muita pressão de despesas", como reajuste salarial e contratações para o magistério e área de segurança. O governo está fazendo um financiamento no valor de R\$ 1,3 bilhão para manutenção de projetos e investimentos entre 2012 e 2014. "O ano é de muito equilíbrio, muita prudência."

O governo mineiro acompanhou a tendência do aumento de superávit, com elevação de 48,9% e redução de investimentos, com queda de 15,1%. Para este ano, a Fazenda de Minas prevê aumento de receita tributária de 11% a 11,5% em relação ao de 2011. Mesmo com a revisão por parte do **Governo Federal** para o crescimento do país este ano, o secretário-adjunto da Fazenda, Pedro Meneguetti,

diz que o "otimismo do governo de Minas se deve ao consumo interno, que continua acelerado".

Com relação à receita, Minas obteve no fim de 2011 autorização para ampliar o nível de endividamento em R\$ 3,3 bilhões. "O Estado pretende fazer esses investimentos e já temos algumas operações já adiantadas", diz o secretário-adjunto. Nas despesas, Minas terá um ano de maior controle,

afirma Meneguetti. "Em 2011, aprovamos uma política salarial para os servidores, que dará ao Estado garantia de que as despesas com folha não vão ultrapassar 55% do crescimento da receita." (Marta Watanabe, Paola de Moura, Vanessa Jurgenfeld, Marli Lima, Marcos de Moura e Souza e Murillo Camarotto)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria e trabalhadores se unem contra guerra fiscal nos portos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Ivo Ribeiro | De São Paulo

Vários setores industriais do país acabam de formar uma coligação com entidades de trabalhadores - Força Sindical e CUT, entre elas - e vão lançar, até o fim do mês, um manifesto conjunto contra a guerra fiscal nos portos brasileiros. O objetivo é acabar com a farra dos incentivos fiscais concedidos por mais de dez governos estaduais na tributação do ICMS sobre produtos importados.

O mote da campanha, que culminará com um evento em Brasília, é direto: "A guerra fiscal dos portos destrói empregos no Brasil." Será destacado que "a redução do ICMS na importação já diminui a capacidade do país de gerar 771 mil empregos desde 2010". E mais: "O PIB [Produto Interno Bruto] deixou de crescer R\$ 18,9 bilhões desde 2010", aponta, com base em estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

As negociações entre representantes do capital e do trabalho começaram em agosto e o manifesto deverá reunir a assinatura de cerca de 30 entidades. Desde CNI e Ação Empresarial a federações estaduais da indústria nos Estados de São Paulo, Rio, Minas Gerais e Bahia e associações de fabricantes de aço, alumínio, alimentos, calçados, máquinas e equipamentos, têxtil, química e petroquímica, eletrônicos, brinquedos e autopeças.

Do lado dos trabalhadores vão fazer parte da ação conjunta, além da CUT e da Força Sindical, as confederações dos trabalhadores metalúrgicos (CNTM), do vestuário (CNVT) e das indústrias do setor têxtil, vestuário, couro e calçados (Conaccovest). Também assinará o manifesto a União Geral de Trabalhadores (UGT).

O alvo da mobilização são os incentivos dados por 12 Estados, que, segundo alegam, são inconstitucionais. Atualmente, estão em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF) 13 Ações de Inconstitucionalidade (Adins) aguardando o julgamento desse benefício.

As indústrias denunciam que o produto importado fica artificialmente mais barato que o nacional e que isso tem permitido entrar uma avalanche de produtos de diversos países nos portos brasileiros, especialmente da China. Os

governos de Santa Catarina, Espírito Santo e Ceará são considerados os mais agressivos na concessão de incentivos e os mais resistentes a mudanças no sistema de tributação do ICMS entre os Estados.

O que se busca com esse manifesto é uma alíquota única de ICMS nas operações interestaduais de mercadorias importadas. Isso está em discussão no Projeto de Resolução nº 72/2010, de autoria do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). O projeto propõe uma alíquota entre 2% e 4%, o que inibiria os benefícios fiscais, que reduzem o tributo de 12% para 3%. Ou seja, com a unificação haveria queda no imposto recolhido pelos Estados, o que desagradaria muitos governadores.

O governo do Espírito Santo, que se considera o mais afetado, chegou a propor que alguns produtos, como aço, petroquímicos e têxteis ficassem de fora desses incentivos. Tal proposta não sensibilizou representantes de entidades e associações empresariais, as quais dizem buscar uma solução para toda a cadeia produtiva do país. "Não faz sentido uma negociação dessa", disse o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes

No caso do aço, disse, entraram pelos portos dos três Estados, em 2010 e 2011, mais da metade das importações de produtos siderúrgicos da China, Coreia do Sul, Ucrânia e Turquia. O volume importado foi de 3,8 milhões de toneladas em 2011, após 5,9 milhões de toneladas em 2010.

"A queda de importação em 2011 se deveu mais à compressão de preços e margens das empresas (Usiminas, CSN, Gerdau, Votorantim e ArcelorMittal), afetando o resultado dos balanços, do que a mudanças na política de defesa comercial do país", disse Lopes.

O manifesto espera sensibilizar os senadores para aprovar em regime de urgência o projeto de Romero Jucá. "É a forma de impedir que esta guerra fiscal dos portos empurre o Brasil para dentro da crise mundial", lembrou o executivo da indústria do aço.

Para Lopes, não é justo que as empresas que produzem aqui paguem ICMS sem incentivo (12%), enfrentando carga tributária elevada, juros altos e infraestrutura precária,

enquanto o produto **importado** usufrui de um benefício de 9% (diferença no tributo) dados pelos governos estaduais.

Além da guerra fiscal nos portos, diz, a indústria do aço, do alumínio, têxtil, petroquímica e outras já enfrentam um

câmbio brasileiro apreciado, outro fator que beneficia as **importações**. "No nosso caso, ainda há o excedente de oferta mundial de aço da ordem de 500 milhões de toneladas."